

**20
20**

RELATÓRIO E CONTAS



ÍNDICE

MENSAGEM DA GERÊNCIA	2
RELATÓRIO DE GESTÃO 2020	3
INTRODUÇÃO.....	4
ALGUNS INDICADORES.....	5
ENQUADRAMENTO.....	5
A EMPRESA.....	8
ESTRATÉGIA	21
ASPETOS RELEVANTES DO ANO	23
GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE	25
RECURSOS HUMANOS	29
CARTEIRA DE ENCOMENDAS/PERSPETIVAS.....	31
GESTÃO DE RISCOS.....	33
ACONTECIMENTOS APÓS ENCERRAMENTO DO PERÍODO	35
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	35
NOTA FINAL.....	36
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	82

MENSAGEM DA GERÊNCIA

As expectativas criadas em 2018 e 2019 que nunca se concretizaram, finalmente revelaram-se.

O ano 2020 foi efetivamente “O ANO” que já esperávamos desde 2018. O crescente volume de obras em carteira registado nos últimos anos, finalmente teve reflexos na faturação da empresa.

Os sucessivos atrasos, nas adjudicações de novas obras foram finalmente ultrapassados e eis que, o volume de negócios evoluiu favoravelmente, com um crescimento de 26% face ao ano 2019.

O valor de €16.452.318,98 apresentado em 2020, foi o segundo melhor ano de sempre da António Saraiva & Filhos, Lda!

No entanto, apesar do ano 2020 ter sido o segundo melhor ano em volume de negócios, só ultrapassado pelo ano de 2013, quanto ao Resultado Líquido do Exercício, este é o melhor resultado dos últimos 13 anos!

De referir que apesar destas ótimas notícias, nem tudo foi fácil no ano de 2020. Portugal e o Mundo viveu um ano assombrado pela Pandemia do Covid-19, que elevou o risco e incertezas a toda a atividade económica.

Foi necessária a implementação de rigorosos planos de contingência, que mesmo assim não inviabilizaram que a empresa tenha sofrido, quer direta, quer indiretamente com a referida pandemia.

Mas no final, notar a franca recuperação da empresa, quer em volume de negócio, quer em resultados.



Relatório de Gestão 2020

António Saraiva & Filhos, Lda



18013 - Reforço da Adução a Castro Verde

INTRODUÇÃO

De acordo com o relatório do INE, publicado a 26 Fevereiro 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) Português contraiu 7,6% em volume (crescimento de 2,5% em 2019) refletindo os efeitos adversos da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica.

Para esta evolução contribuiu negativamente a procura interna, muito por culpa do consumo privado. Por outro lado a diminuição das exportações provenientes do turismo, contribuíram também para a diminuição deste indicador.

Relativamente ao setor das obras públicas em particular e tomando como referência o Barómetro das Obras Públicas emitido pela Associação das Industrias de Construção Civil e Obras Publicas (AICCOPN), o volume total de concursos públicos promovidos em 2020 registou um aumento de 20%, comparativamente com o ano anterior, fixando-se nos 4.822 milhões de euros.

Este valor representa o máximo histórico dos últimos 10 anos.

Relativamente aos contratos celebrados no ano 2020, este valor situou-se nos 3.359 milhões de euros, que representa um aumento de 26% relativamente ao ano anterior.

No entanto apesar do aumento dos contratos celebrados, este valor representa apenas 70% do total dos contratos promovidos, revelador ainda do atraso registado entre a promoção dos concursos e a sua efetiva contratação, situação que no passado em muito prejudicou a António Saraiva & Filhos, Lda.



18188 - Parque Urbano - Alcácer do Sal

ALGUNS INDICADORES

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2019/2020
Vendas e prestação de serviços	11 243 992,45	7 597 174,39	11 705 818,36	13 165 595,52	13 088 367,33	16 452 318,98	25,7%
Nº Trabalhadores	103	101	114	121	126	140	10,5%
EBITDA	633 737,12	258 904,60	553 019,97	643 340,60	726 223,58	881 418,83	21,4%
EBITDA/Vol. Negócios	5,6%	3,4%	4,7%	4,9%	5,5%	5,4%	-3,4%
EBIT	359 239,02	3 921,95	301 234,28	394 809,67	411 912,63	511 059,09	24,1%
EBIT/Vol. Negócios	3,2%	0,1%	2,6%	3,0%	3,1%	3,1%	-1,3%
Ativos não corrente	2 289 279,55	2 325 901,26	2 541 936,04	3 321 666,43	3 320 814,84	4 221 547,89	27,1%
Total capital próprio	3 961 658,07	3 715 388,69	3 781 659,07	3 757 280,45	3 856 478,01	4 244 808,81	10,1%
Resultados Líquidos	194 442,98	-146 269,38	66 270,38	215 037,41	164 914,98	388 330,80	135,5%



18094 - Construção da Unidade de Saúde de Santo Onofre - Caldas da Rainha

ENQUADRAMENTO

O ano 2020 ficou marcado pela pandemia do COVID-19. Esse ano foi vivido entre estados de emergência e de calamidade, mas sempre marcados pela incerteza.

Apesar do enquadramento macro económico ser bastante desfavorável, o mercado onde a António Saraiva & Filhos, Lda está inserido, fruto de nunca ter sido obrigado a fechar a sua atividade pelo COVID-19, em contraste com outros setores, os indicadores de 2020 são positivos.

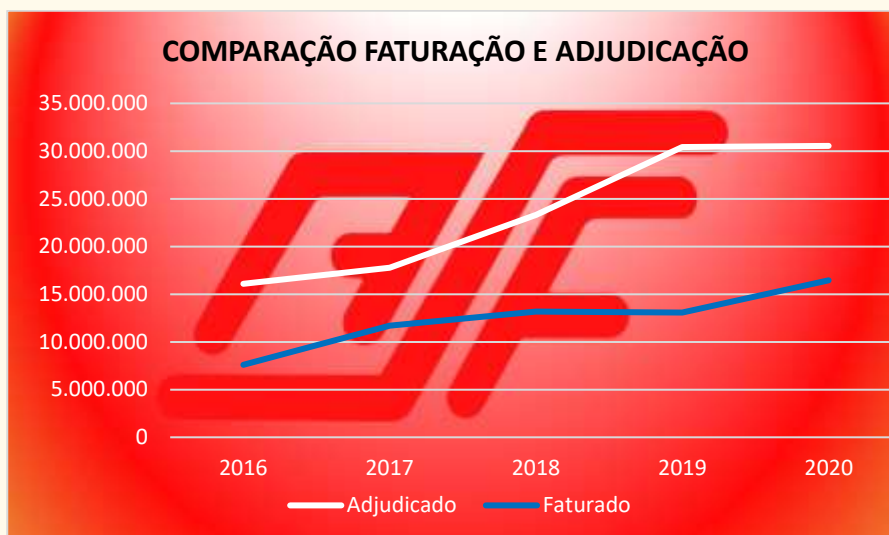
Apesar de a empresa nunca ter encerrado a sua atividade, não podemos afirmar que não foi afetada pela pandemia provocado pela COVID-19.

Para além de alguns casos positivos detetados em alguns funcionários da empresa, (situações isolados), também fomos afetados pelo atraso / paragem de produção em algumas obras que estavam em execução (principalmente em obras de remodelação de lares de terceira idade).

Relativamente à carteira de obras adjudicadas e após um crescimento significativo nos últimos 3 anos, este indicador registou uma manutenção acima dos 30 milhões de euros, o que revela uma manutenção dos valores produzidos e novas obras adjudicadas durante o ano 2020.



Pela análise do gráfico em baixo, que compara a faturação, com o volume de obras adjudicadas, verificamos que nos 3 anos (2017, 2018 e 2019) em que aumento dos valores das obras adjudicadas foram significativos, o valor da faturação manteve-se mais ou menos estável. Em contraciclo surge o ano 2020, com aumento do volume de faturação, mas uma manutenção dos valores das obras adjudicadas.



Face ao valor das obras adjudicadas no final do ano 2020 é expectável que nos próximos 2 anos o volume de produção e faturação se mantenham nos níveis de 2020, ou até superiores.

Ainda em situação de pandemia que vivemos nos dias de hoje, em pleno segundo confinamento, os indicadores acima assumem um importante marco na sustentabilidade de um futuro próximo. Podemos por isso afirmar que o ano 2021 será idêntico, ou melhor que o ano 2020.



18267 - Parque Anadia

A EMPRESA

VOLUME DE NEGÓCIOS

O ano 2020 fechou com um volume de negócios de 16.452.318,98 euros, valor bastante superior ao registado no ano 2019 (13.088.367,33 euros).

Não obstante o atraso no início dos trabalhos, em consequência da pandemia provocada pela COVID-19, este valor poderia ser bastante superior.

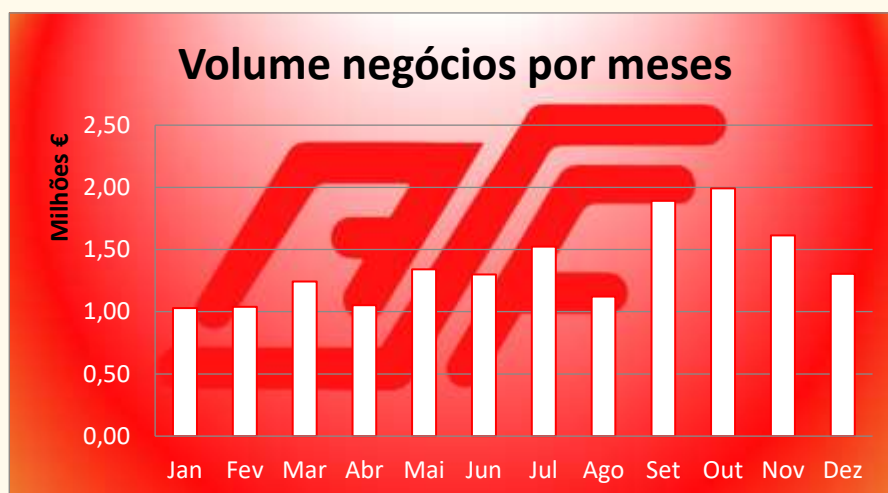


Este crescimento de 26% em relação ao ano anterior é revelador de tudo o que se tem dito no passado, que apesar das obras adjudicadas, temos assistido a um atraso no início das mesmas, atraso esse motivado por questões legais e processuais, externas à própria empresa.

Pela análise dos últimos 15 anos de atividade, podemos observar o efeito cíclico da evolução do volume de negócios da empresa, sendo que o ano 2020 só foi superado pelo ano 2013, com um volume de negócios de 17,4 milhões de euros.

Analisando o volume de negócios mensal deste ano, assistimos a uma tendência global de crescimento com o passar dos meses, resultando num segundo semestre francamente melhor que

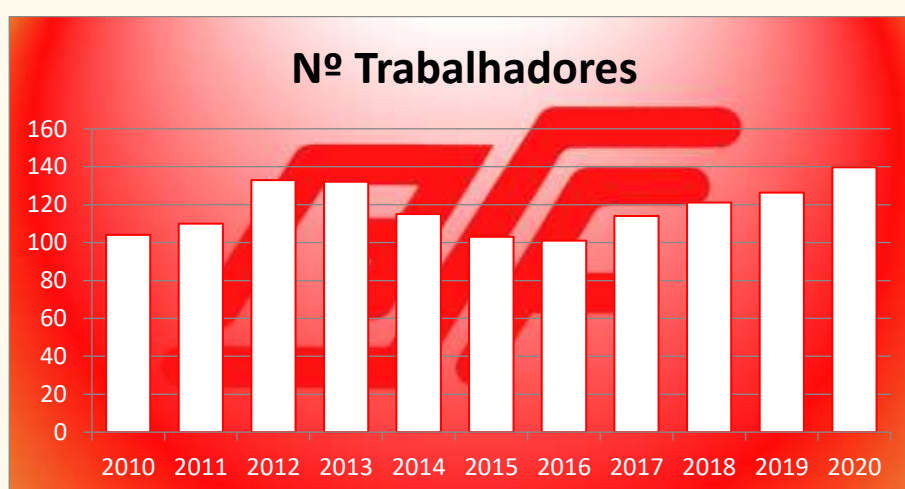
o primeiro. Os seis primeiros meses do ano totalizaram 7 milhões de euros, enquanto o segundo semestre totalizou 9,4 milhões de euros.



NÚMERO DE TRABALHADORES

A empresa apresenta em 2020 uma média de 140 funcionários. No final do ano registava um valor superior à média, ou seja, 148 funcionários, registando um aumento médio de 13 funcionários, ou seja de 10,5%, relativamente ao ano anterior.

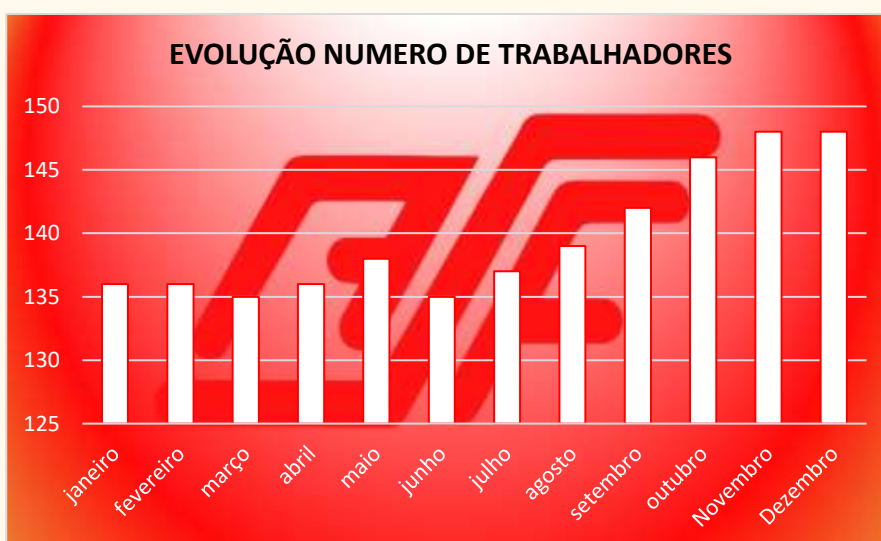
Ao analisarmos o gráfico com a evolução do número de trabalhadores, verificamos que a tendência é idêntica à evolução do volume de negócios. Os anos de maior faturação (2013 e 2020) são também os anos de maior número de funcionários.



O ano 2016 foi o ano com menor número de funcionários, que também coincide com o ano de menor volume de negócios.

A empresa continua a sua política de contratação de pessoal mais jovem, nomeadamente através de contratos de estágios profissionais, junto do IEFP.

Através de uma análise mais pormenorizada, podemos observar que o número de trabalhadores manteve-se praticamente estável no primeiro semestre do ano, assistindo-se a um aumento significativo no segundo semestre, atingindo o máximo de 148 funcionários nos meses de Novembro e Dezembro, número mais elevado dos últimos anos.



Apesar da dificuldade em contratar mão-de-obra sentida nos últimos anos, motivada pela falta de mão-de-obra especializada na construção civil, a empresa tem apostado na utilização de mão-de-obra própria de modo a suprimir a falta / carência de subempreiteiros. Deste modo conseguimos conciliar a utilização de mão-de-obra própria com subempreitadas em praticamente todas as nossas obras, garantindo a qualidade e a pontualidade dos trabalhos.

A empresa continua apostada em contratar mão-de-obra estrangeira, dando continuidade a um projeto moroso e que tem sofrido contínuos atrasos burocráticos de contratação de mão-de-obra de Cabo Verde.

RESULTADOS LÍQUIDOS

Os Resultados Líquidos do ano 2020 foram positivos, no valor de 383.330,80 euros. Comparativamente com o ano 2019, este resultado evidencia um crescimento em percentagem de 135% e 223.415,82 euros em valor absoluto.

O ano 2020 revelou o melhor Resultado Líquido dos últimos 13 anos.

O Resultado líquido situou-se nos 2,36% do Volume de negócios, enquanto que no ano anterior, este se cifrou nos 1,26%.



EBITDA

Na mesma linha dos Resultados Líquidos, o valor do EBITDA (earnings before interests taxes depretiations and amortizations) fixou-se nos 881.418,83 euros, apresentado um aumento de 21% comparativamente com o ano anterior. Em termos absolutos, este aumento é de 155.195,25 euros.

O valor atingido em 2020 é o valor mais elevado dos últimos 7 anos, como pode ser observado no gráfico seguinte. Desde 2016 que foi o valor mais reduzido, que o EBITDA tem vindo sempre a aumentar ano a ano.



Analisando o indicador do EBITDA / Volume de negócios verificamos uma ligeiríssima quebra face ao ano anterior. Esta redução é explicada maioritariamente pelo ligeiro aumento, em termos relativos, dos fornecimentos e serviços externos, das imparidades de dívidas a receber e diferenças de câmbio desfavoráveis.

No ano em análise, este indicador fixou-se nos 5,4%. No ano 2019 este indicador tinha sido de 5,5%.

Pela análise do gráfico em baixo, poderemos verificar que este indicador nos últimos anos tem-se fixado na faixa entre os 4% e os 6%.



EBIT

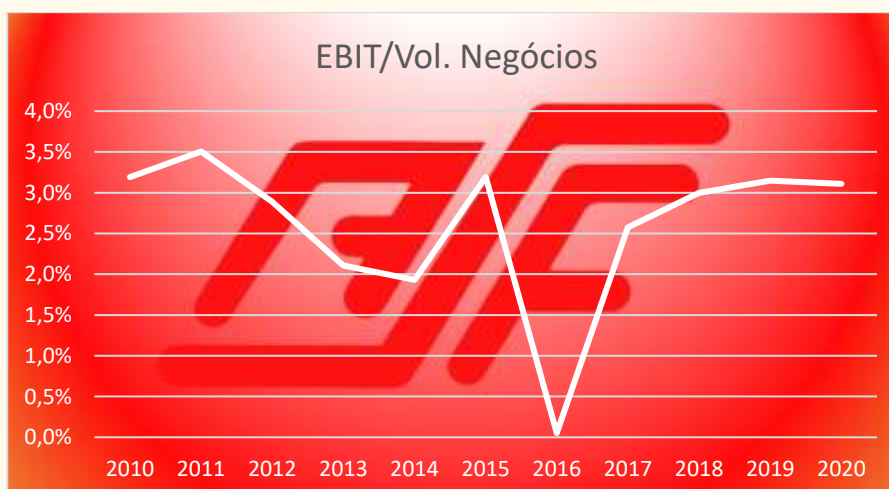
Relativamente ao EBIT, no ano em análise fixou-se nos 511.059,09 euros, revelando um crescimento de 99.146,46 euros comparativamente ao ano de 2019. Em termos percentuais, representa um aumento de 24%.

O valor atingido em 2020 representa o valor mais elevado dos últimos 10 anos, como se pode verificar no gráfico em baixo.



Comparando o EBIT em função do volume de negócios, verificamos que o ano 2020 manteve o valor atingido no último ano, ou seja 3,1%.

Se considerarmos a média dos últimos 10 anos, que se situa nos 2,6%, o ano 2020 revela-se como mais um ano acima da média.



ATIVO NÃO CORRENTE

Em 2020 este indicador apresentou um aumento de 900.733,05€ face ao ano anterior, tendo atingido o valor de 4.221.547,89 euros, que representa o valor mais elevado dos últimos 10 anos.

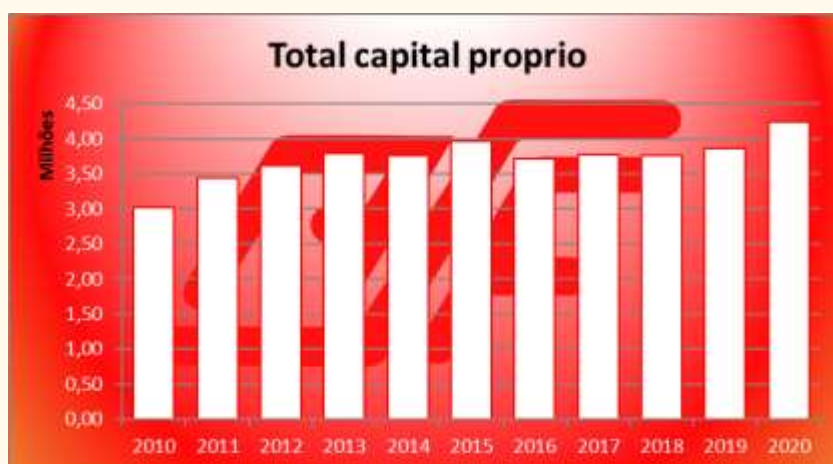
Este valor nunca antes atingido, reflete uma política forte de investimentos em ativos fixos, nomeadamente em equipamentos. De realçar que no ano 2020, a empresa investiu 674.481,89 euros em equipamento básico e 391.306,19 euros em equipamento de transporte, só pra mencionar os mais relevantes.



CAPITAL PRÓPRIO

O total do Capital próprio também apresenta uma variação positiva de 10% face ao ano anterior, tendo atingido em 2020 um novo máximo de 4.244.808,81 euros.

Este aumento do Capital próprio é o reflexo dos resultados positivos dos últimos anos, que têm sido incorporados nos resultados transitados, da empresa, mantendo uma política de não distribuição de resultados.



FINANCIAMENTOS

Em valor absoluto, o montante dos financiamentos a 31 de Dezembro 2020 fixou-se nos 6.772.952,41 euros, valor muito próximo do registado no ano 2010.

O aumento relativamente ao ano de 2019 foi de 28%, o que equivale ao valor de 1.476.494,77 euros, em valores absolutos.

Este aumento dos financiamentos resultou essencialmente de uma política de cautela, quanto ao possível impacto da pandemia COVID-19 no Mundo, em Portugal e na própria empresa. A incerteza gerada por esta terrível situação, levou a empresa a aceitar alguns financiamentos com o aval do Estado.

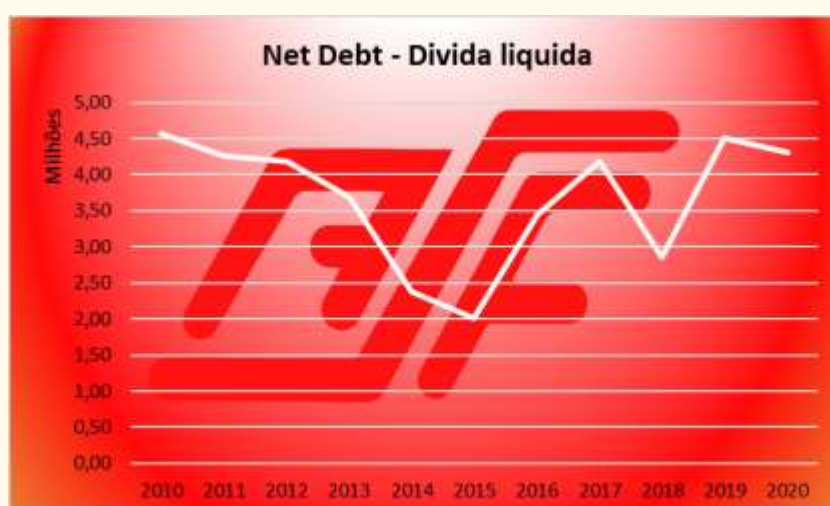


O aumento dos financiamentos resultou também de uma alteração na estrutura dos financiamentos da empresa. Aumentou 2,9 milhões de euros o valor dos empréstimos de médio / longo prazo, aumentou 0,2 milhões de euros o valor dos leasings e reduziu em 1,7 milhões de euros o valor dos confirmings.

Esta alteração na estrutura das fontes de financiamento veio ajudar na estratégia da empresa, em reduzir o financiamento de curto prazo, convertendo o mesmo em dívida de médio e longo prazo.

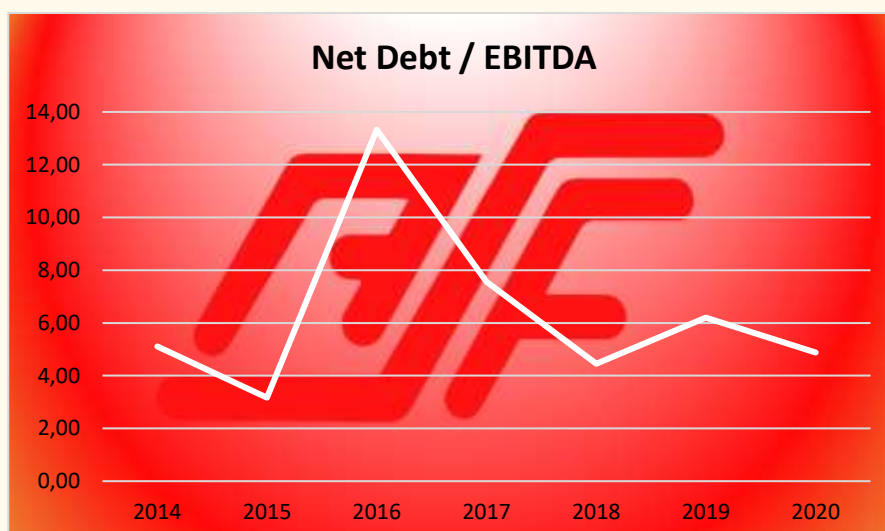
Apesar do aumento em valor absoluto dos financiamentos obtidos, o indicador de “net debt” no final de 2020 evidência uma diminuição de 198.960,51 euros relativamente ao ano anterior.

Assim, resulta que apesar do aumento do nível de financiamento, a dívida líquida reduziu 4,4%.



Relacionando a dívida líquida com o EBITDA, verificamos que este indicador também diminuiu, fixando-se nos 4,8 (Seriam necessários 4,8 anos para liquidar o valor da dívida líquida).

Este indicador, em 2019 estava nos 6,2.



Ainda relativamente aos financiamentos, verificamos também uma redução no custo dos financiamentos ao longo dos últimos anos, conforme podemos verificar no gráfico em baixo. Em 2020, pela primeira vez esses custos ficaram abaixo dos 2%.



De acordo com o “Quadro do Setor” relativamente às empresas de construção, com a dimensão de “médias empresas”, o Banco de Portugal indica que a média do setor em 2019, foi de 3.1%.

PRAZOS MÉDIOS

Relativamente ao indicador de prazo médio de recebimentos, este manteve-se inalterável, nos 105 dias. Este indicador situa-se bem acima da média do setor, segundo os dados do Banco de Portugal, relativos às médias empresas no sector da construção (dados de 2019), que se situa nos 54 dias.

No entanto, se retirarmos o efeito do grupo, o indicador reduz para os 66 dias, mais próximo da média do setor.

Quanto aos prazos médios de pagamento, estes continuam a reduzir de ano para ano. Desde 2016, ano em que este indicador estava nos 108 dias, que tem vindo a reduzido gradualmente até chegarmos ao valor de 63 dias de média de pagamento em 2020. Este indicador situa-se ligeiramente abaixo do valor médio para o setor que é de 64 dias (Valor retirado do quadro do setor relativo a médias empresas de construção, no ano de 2019, do banco de Portugal).



AUTONOMIA FINANCEIRA

O indicador de autonomia financeira no ano 2020 registou o valor de 28,8%, tendo apresentado uma ligeira redução (-1%) relativamente a 2019, que foi de 29,8%.



Este indicador, que apresenta a percentagem dos ativos que está a ser financiada por capitais próprios, encontra-se ainda muito próximo dos 30%, valor médio dos últimos 10 anos. Este indicador foi negativamente afetado, maioritariamente pelo aumento das disponibilidades e pelo aumento dos ativos fixos tangíveis.

LIQUIDEZ GERAL

A liquidez geral em 2020 apresenta uma subida de 36% passando de 1,29 em 2019 para 1,75 em 2020.

Este indicador que compara os ativos de curto prazo, com os passivos de curto prazo registou um aumento em 2020 fruto do aumento dos ativos de curto prazo, nomeadamente com o aumento das disponibilidades (+1,7 milhões de euros) e uma redução de 1,3 milhões de euros nos financiamentos obtidos de curto prazo.



A política de transferência de dívida de curto prazo, para médio e longo prazo, teve o seu expoente máximo em 2020, reforçando os indicadores de liquidez da empresa.



19013 - Reabilitação do Espaço envolvente à Fábrica Têxtil Bellinos – Fase 2

ESTRATÉGIA

O ano 2020 foi para a António Saraiva & filhos, Lda o reconhecimento de todo o trabalho que tem vindo a ser efetuado ao longo dos últimos anos.

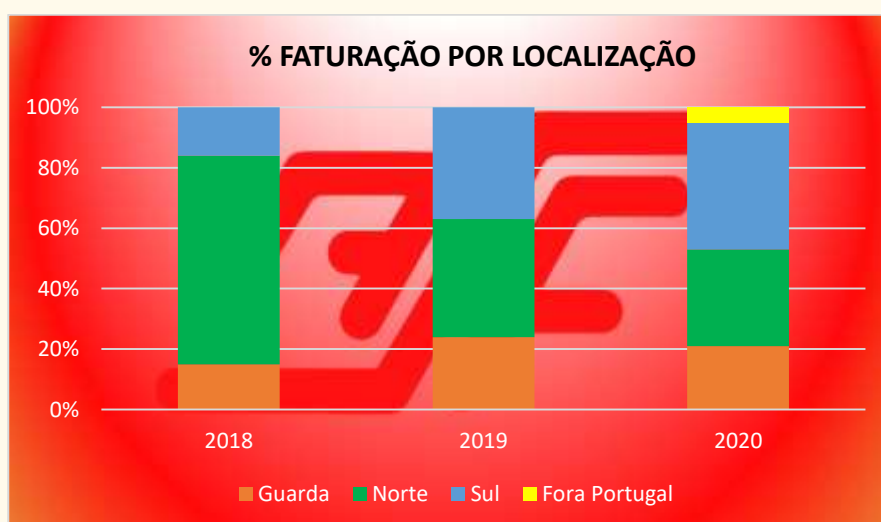
A estratégia anteriormente delineada teve o seu reconhecimento, no ano 2020.

O diferencial entre as datas de contratação das obras e a sua execução começou a diminuir, fazendo com que o volume de negócios aumentasse por força do volume de obras já adjudicadas.

Esta situação já atrás apontada fez com que a faturação de 2020 fosse superior a 16 milhões de euros, representando um aumento de 26% face ao ano anterior.

Quanto à expansão da empresa para o sul de Portugal, continua em bom ritmo. Em 2020 o volume de faturação para clientes a sul do Tejo, representou cerca de 42% do total faturado pela António Saraiva & Filhos, Lda.

A nível externo, destaca-se o início da faturação da obra que a António Saraiva & filhos, Lda tem no continente Africano, assinada no ano 2019, mas que apenas teve início em 2020. O mercado externo já representa 5% do total das obras faturadas em 2020.



Como pode ser observado pelo gráfico, as obras executadas na região a norte do tejo representam 53%. A região a sul do tejo representa 42% e fora de Portugal 5% do volume de negócios.

A António Saraiva & Filhos, lda tem traçado ao longo dos últimos anos uma estratégia que agora começa a dar os seus frutos. Espera-se que o ano 2021 seja na mesma continuação do ano 2020.

Esta confiança demonstrada no ano 2021 tem como base o volume de obras já adjudicadas, que no final do ano 2020 se situa acima dos 30 milhões de euros (valor referente a obras em território Nacional).

O aumento do volume de negócio, a consequente redução percentual dos custos fixos, o aumento da liquidez, que se traduz muitas vezes na melhoria das condições contratualizadas com fornecedores e subempreiteiros, são agentes facilitadores de uma melhoria das margens.

ASPETOS RELEVANTES DO ANO

O aspeto relevante do ano 2020 não pode deixar de ser a pandemia que o Mundo enfrentou e continua a enfrentar relativo ao COVID-19.

O ano 2020 foi marcado por uma série de restrições nunca antes vividas. Restrições que tiveram impacto profundo na atividade económica e em toda a sociedade.

Apesar dos números apresentados pela António Saraiva & Filhos, Lda, o impacto do COVID-19 na atividade da empresa, ao longo do ano 2020, fez-se sentir. Desde logo pelo surgimento de alguns infetados, pontuais, que rapidamente foram isolados e impedida a sua transmissão.

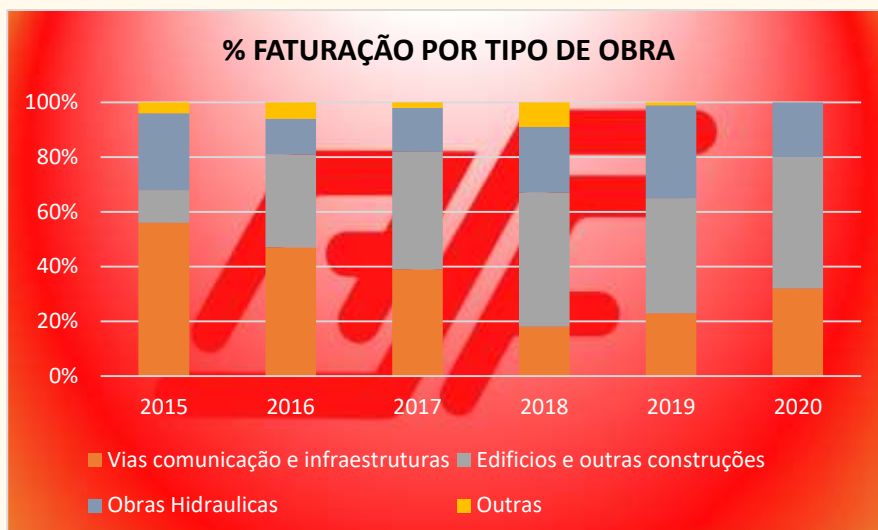
Por outro lado, algumas obras viram adiadas o seu início e/ou reinício em virtude do receio de contaminação ao pessoal residente anexo ao local das obras, nomeadamente em construção / reconstrução de lares de idosos.

Não fosse este cenário de pandemia e o volume de negócios da empresa poderia ter sido bem superior. No entanto, o plano de contingência adotado permitiu uma boa gestão do risco associado à pandemia.

No ano 2020 o reforço na aposta nas redes sociais foi peça fundamental para a valorização da imagem da empresa.

Ao longo do ano 2020 e dividindo o volume de negócios, por tipo de obra, verificamos que os edifícios e outras construções, reforçaram a sua predominância, tendo atingido 48% do total faturado em obras.

No que diz respeito às vias de comunicação e infraestruturas tiveram um aumento de 23% para 32% em 2020, ultrapassando o valor faturado em obras hidráulicas, que se ficou pelos 20%, conforme se pode ver no gráfico seguinte:



19134 – Reparações de anomalias na Av. 25 de Abril e envolvente - Guarda

GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

QUALIDADE

A Gestão da Qualidade na empresa em 2020

Os Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) da empresa e o Sistema de Controlo de Produção Em Fábrica (SCPF) foram auditados em 2020, por organismos externos qualificados para o efeito. Nestas auditorias a empresa obteve um excelente desempenho tendo sido aprovadas:

- a) Continuidade da certificação da qualidade da empresa pela norma NP EN ISO 9001:2015 e
- b) Continuação da certificação dos inertes produzidos pela empresa, de acordo com as exigências do regulamento Europeu Nº- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.
- c) Continuação da certificação das Misturas Betuminosas produzidas pela empresa, de acordo com as exigências do regulamento Europeu Nº- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.

Neste momento a empresa detém 3 certificados válidos:

Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2015 emitido pela entidade Certificadora EIC, organismo autorizado pelo IPAC.

Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo organismo de inspeção EIC , relativo à Marcação CE das Misturas Betuminosas produzidas na Central de Fabrico no Piornal.

Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo organismo de inspeção EIC , relativo à Marcação CE dos produtos extraídos e britados e misturas de produtos britados na pedreira do Piornal .

Adicionalmente foram realizados vários ensaios aos produtos (Misturas Betuminosas e Inertes) em Laboratório Externo acreditado (CTCV de Coimbra) para além dos ensaios regularmente realizados internamente no nosso laboratório sito na Pedreira do Piornal.

No ano de 2020 não houve qualquer registo de reclamação ou devoluções.

AMBIENTE

Relativamente às questões ambientais, a empresa assegura os seguintes compromissos, de modo a dar cumprimento à legislação Ambiental no âmbito da sua atividade:

Em 2020 a empresa deu continuidade ao processo de Recepção, Armazenagem e Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição – RCD's, cumprindo as exigências legais impostas no Título de Exploração Industrial.

Encaminhamento a destino final licenciado, de todos os resíduos resultantes da sua atividade na responsabilidade de produtor de resíduos.

Realização da medição das emissões atmosféricas produzidas pela Central de Fabrico de Misturas Betuminosas, confirmando-se a conformidade da emissão.

Implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos em todas as obras por si desenvolvidas.

No ano em análise, continua em vigor o Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, provando a consciencialização da empresa perante a temática ambiental.

A empresa viu reforçada a sua capacidade de recolha e transporte de resíduos, durante o ano 2020.

SEGURANÇA

Para efeitos de cobertura de eventuais acidentes de trabalho, a empresa mantém ativa a apólice de seguro de acidentes de trabalho, cobrindo todos os funcionários desde o trajeto efetuado pelos funcionários de e para casa, bem como os acidentes que ocorrem no seu local de trabalho.

A empresa proporciona a todos os seus trabalhadores Equipamento de Proteção Individual (EPI's) de forma a proporcionar melhores condições de trabalho.

No ano 2020, o número de horas perdidas devido a acidentes de trabalho aumentou, fixando-se nas 3.131,46 horas o que representa uma média de 22,37 horas por pessoa.

Este aumento verificou-se devido a um acidente com alguma gravidade que provocou uma baixa prolongado do funcionário envolvido no acidente.



Em continuidade com as políticas adotadas em anos anteriores, a empresa continua a apostar na formação contínua dos seus trabalhadores.

Ao nível da medicina no trabalho, continuamos a privilegiar a contratação de serviços externos à empresa, para a realização de todos os exames necessários e exigíveis.

Em época de pandemia a empresa foi obrigada a reforçar os seus esforços no seu combate, nomeadamente através de:

- Implementação do Plano de Contingência para o COVID 19 em todos os locais de trabalho (sede da empresa e estaleiro de obras),
- Divulgação do mesmo junto de todos os colaboradores, por forma a dar cumprimento ao mesmo.
- Distribuição de equipamento de Proteção Individual e desinfetantes no âmbito da Pandemia

- Reorganização dos postos de trabalho, em virtude das regras impostas pela Direção Geral de Saúde
- Aumento do seu corpo técnico na área da Segurança e Higiene no Trabalho, de forma a melhorar a implementação das regras de segurança em obra, de forma a evitar acidentes de trabalho.
- Aquisição de equipamento novo de proteção coletiva, de forma a melhorar as condições de segurança na execução dos trabalhos com maior risco.

Desta forma pretendemos dar cumprimento da Legislação em Vigor no âmbito da Segurança HST.



19015 – Reabilitação da antiga fábrica têxtil Bellino & Bellino

RECURSOS HUMANOS

A média do número de funcionários no ano 2020 foi de 140. Registrou-se um aumento de 14 funcionários comparativamente com o ano 2019.

No final do ano 2020 (Dezembro) a empresa tinha registado 148 funcionários. Mais 12 do que em Dezembro 2019. No entanto, o maior aumento do número de funcionários começou a registar-se a partir de Agosto.

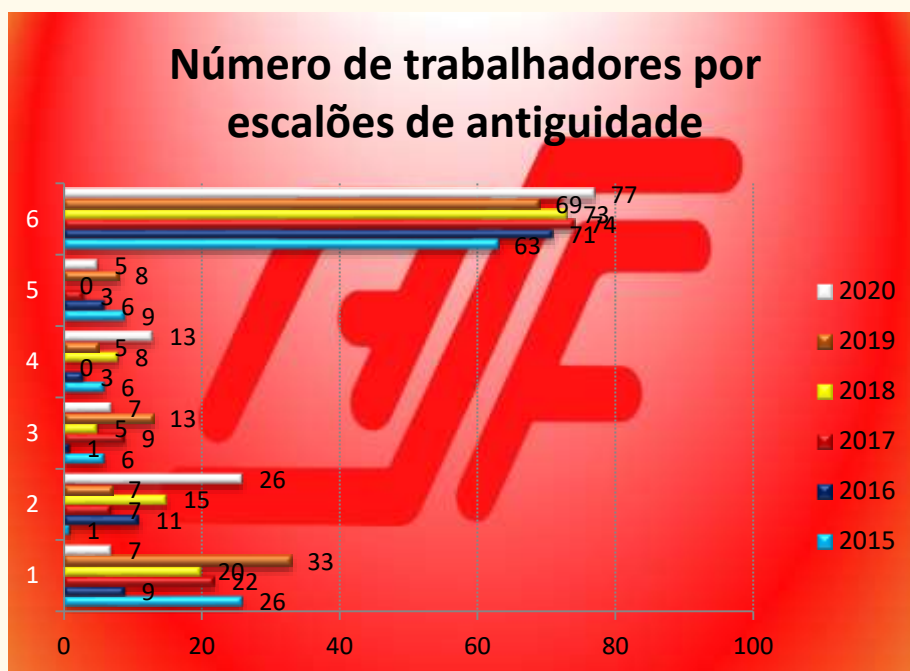
Relativamente à média de idades, continuamos a verificar uma dificuldade na contratação de mão-de-obra jovem, pelo que a percentagem do número de funcionários com menos de 30 anos desceu, comparativamente com 2019, situando-se em 2020, nos 7% do total de funcionários.

Relativamente à percentagem de funcionários com mais de 50 anos e entre 40 e 50 anos, subiu 1% em cada escalão, comparativamente com 2019, fixando-se em 2020, respetivamente nos 42% e 29%.



Relativamente à antiguidade dos funcionários, o escalão com maior número de funcionários continua a ser o escalão dos 6 ou mais anos de antiguidade.

O segundo escalão com mais funcionários era em 2019, o escalão do menos de um ano, com 33 pessoas. Em 2020 o escalão com o segundo maior número de funcionários foi o de 1 a 2 anos, com 26 funcionários, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



18227 – Requalificação central Edifício com Polivalência (Porto de Mós)

CARTEIRA DE ENCOMENDAS/PERSPETIVAS

O valor da carteira de obras já adjudicadas à data de 31 de Dezembro 2020 fixou-se nos 30.542.528,28 euros, valor mais elevado desde que há registos.

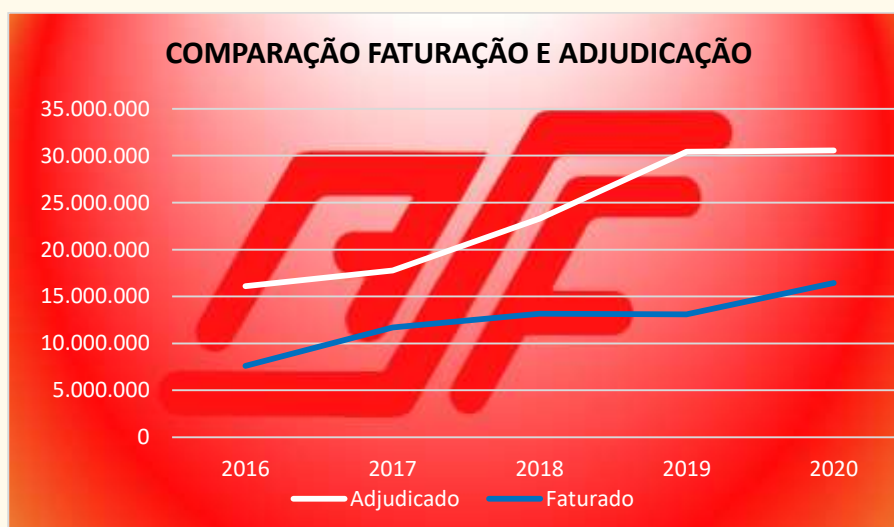
Este valor atesta um ligeiríssimo aumento, de 133.834,61 euros, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

Apesar do aumento do volume de negócios no ano 2020, o valor das obras adjudicadas manteve-se estável, pelo que nos permite encarar o futuro próximo com algum otimismo, uma vez que o valor das obras adjudicadas representa 1,8 vezes o valor da faturação.

É assim expectável que os próximos dois anos de produção estejam assegurados, permitindo à empresa um posicionamento mais focado nas margens, quando da resposta a novos concursos.

Espera-se que no ano 2021 o número de concursos promovidos continue a ser elevado, muito por culpa da necessidade de estímulo da economia, por força da pandemia COVID-19.

O setor das obras públicas tem aqui uma possibilidade, em total contraciclo com o resto da economia que temos de aproveitar.



É com esta expectativa de também a António Saraiva & Filhos, I da aproveitar esta janela de oportunidades, que entramos em 2021 com o objetivo de atingirmos os 19 milhões de euros de volume de negócios, para 2021.



18266 – Requalificação da sede da Sociedade Filarmónica Veirense (Estremoz)

GESTÃO DE RISCOS

Todo e qualquer negócio está sujeito aos mais variados riscos. Há variáveis que não são controladas pelas empresas e que geram os mais diversos riscos. As empresas procuram minimizar os riscos, minimizando assim os seus efeitos potenciais.

No que respeita ao mercado e preços, as alterações em perspectiva vão no bom sentido, pelo que a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de oscilações nos preços de venda ou de inexistência de procura, é reduzida.

No que diz respeito ao volume de negócios em carteira, de obras já adjudicadas, a 31 de dezembro de 2020, podemos afirmar com alguma cautela, que os próximos 2 anos se encontram desde já assegurados, mantendo o risco de continuidade em valores muito baixos.

O risco de crédito, sendo comum à generalidade dos negócios, é uma fonte de preocupação por excelência num setor fragilizado por muitos anos de quebra de produção. A cobrança dos créditos pelos fornecimentos gera riscos que têm que ser mitigados por uma política persistente de cobrança e constituição de imparidades logo que atribuída probabilidade forte a esses riscos.

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital próprio decorrente da incapacidade da entidade dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Quanto aos riscos financeiros, a António Saraiva & Filhos, Lda está sujeita à variação das taxas de juro. No ano 2019 não existiram variações significativas nas taxas de juro.

Outro risco financeiro presente em 2020 foi o decorrente das variações da taxa de câmbio. A empresa apresenta dividas a pagar e dívidas a receber em moeda estrangeira, à data de 31 Dezembro 2020.

Estes riscos são reduzidos através da contratação de contas específicas em moeda estrangeira. No ano 2020, a empresa registou um custo em consequência de diferenças de câmbio de 35.655,48 euros e um proveito de 2.302,46 euros.

O histórico da Empresa é de resultados predominantemente positivos e de taxas de crescimento apreciáveis. O nível de resultados acumulados proporcionou uma autonomia financeira invejável que permite à António Saraiva & Filhos, Lda. avaliar o risco de liquidez de forma minimamente confortável. A robustez da estrutura financeira permite também acalantar um desempenho futuro muito favorável, a este nível, com a melhoria do ambiente económico em geral e, em particular, da expansão do mercado que se avizinha.



19003 – Casa da Cidadania – Salgueiro Maia

ACONTECIMENTOS APÓS ENCERRAMENTO DO PERÍODO

No início de 2020 surgiu a nível mundial, uma epidemia provocada pelo coronavírus, tendo a Organização Mundial da Saúde classificado o surto do Covid-19 como uma Pandemia em 11 de março de 2020.

Em consequência, em Portugal foi declarado o Estado de Emergência a 18 de março de 2020 e entretanto temos vivido consecutivas renovações do estado de emergência, que têm limitado de diversas maneiras toda a atividade económica. Já no início de 2021 o País foi novamente obrigado a confinar e muitas atividades voltaram a encerrar portas.

Esta situação não foi um acontecimento apenas do ano 2021, mas pelo seu impacto, achamos oportuno a sua referência.

Por outro lado, também devido à pandemia, as moratórias legais que estariam previstas para terminar no mês de março de 2021 foram prolongadas até 30 setembro do mesmo ano, situação que altera a repartição temporal dos montantes dos empréstimos a curto e médio e longo prazo.



19056 – Ampliação da Unidade de Cuidados Continuados de Alter do Chão

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

António Saraiva & Filhos, Lda na continuidade de anos anteriores, continua com a política de estimular a autonomia financeira através do reforço de capitais próprios.

O Resultado Líquido do Exercício do ano 2020 fixou-se nos 388.330,80 euros, tendo a gerência da empresa proposto à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- Reserva especial de lucros retidos e reinvestidos (DLRR): 153.737,40€
- Resultados transitados: 234.593,40€



19080 – Recuperação do Edifício da Oficina da Criança – Alcácer do Sal

NOTA FINAL

Como nota final, não posso deixar de resumir o ano 2020 como o ano tão esperado! Já desde 2018 que tudo temos feito para que o aumento do volume de negócios fosse uma realidade.

As obras foram sendo ganhas, o valor das obras em carteira aumentou a bom ritmo, a empresa preparou-se com equipamento e pessoal, mas certo é que a faturação tardou em chegar.

Muitas expetativas foram criadas para o ano 2019, mas esse objetivo não foi conseguido. Não por culpa da própria empresa, mas sim por questão externas que atrasaram o início de várias obras que já estavam adjudicadas.

É com algum sentimento de dever cumprido que chegámos ao fim de 2020, mas também com um sentimento de acréscimo de responsabilidade pela manutenção dos valores agora atingidos.

Este caminho foi sendo traçado ao longo destes últimos anos, com alguma dificuldade, tendo em conta o período menos bom que a empresa passou em 2016 e cujos reflexos se repercutiram pelos anos seguintes.

Uma palavra especial para todos aqueles que nos têm acompanhado e que permitiram mais um ano positivo para a António Saraiva & Filhos, Lda.

Guarda, 31 de Março 2021

Davide Tomé Saraiva

Sérgio Braz Saraiva

Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio



19267 -SPACE - Espaço de Acolhimento Empresarial de Castelo de Vide



ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Pág. 1

Balanço em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2020	31/12/2019
<u>Activo</u>			
<u>Activo Não Corrente:</u>			
Activos Fixos Tangíveis	7	3 225 595,55	2 559 918,29
Propriedades de Investimento	9	163 662,95	94 772,89
Outros Investimentos Financeiros	19	418 626,06	388 044,42
Activos por Impostos Diferidos	18	413 663,33	278 079,24
<u>Total Activo Não Corrente:</u>		4 221 547,89	3 320 814,84
<u>Activo Corrente:</u>			
Inventários	12	1 044 330,87	978 192,47
Clientes	19	3 824 369,40	4 244 741,11
Estado e Outros Entes Públicos	21	213 653,97	324 668,55
Outros Créditos a Receber	19	2 925 815,01	3 250 271,83
Diferimentos	21	50 067,14	26 279,81
Activos Financeiros Detidos para Negociação	19	287,80	473,74
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 470 249,83	794 794,55
<u>Total Activo Corrente:</u>		10 528 774,02	9 619 422,06
<u>Total do Activo:</u>		14 750 321,91	12 940 236,90
<u>Capital Próprio e Passivo</u>			
<u>Capital Próprio:</u>			
Capital Subscrito	21	615 000,00	615 000,00
Reservas Legais	21	154 256,39	154 256,39
Outras Reservas	21	507 912,25	431 192,45
Resultados Transitados	21	2 579 309,37	2 491 114,19
Sub-Total:		3 856 478,01	3 691 563,03
Resultado Líquido do Período	21	388 330,80	164 914,98
<u>Total do Capital Próprio:</u>		4 244 808,81	3 856 478,01
<u>Passivo:</u>			
<u>Passivo Não Corrente:</u>			
Provisões	19	16 698,65	15 970,93
Financiamentos Obtidos	19	4 472 135,47	1 611 822,07
<u>Total Passivo Não Corrente:</u>		4 488 834,12	1 627 793,00
<u>Passivo Corrente:</u>			
Fornecedores	19	2 950 959,98	3 111 254,93
Adiantamentos de Clientes		0,00	105 000,00
Estado e Outros Entes Públicos	21	185 995,09	102 320,29
Financiamentos Obtidos	19	2 300 816,94	3 684 635,57
Outras Dividas a Pagar	19	577 269,25	451 146,20
Diferimentos	21	1 637,72	1 608,90
<u>Total Passivo Corrente:</u>		6 016 678,98	7 455 965,89
<u>Total do Passivo</u>		10 505 513,10	9 083 758,89
<u>Total do Capital Próprio e do Passivo</u>		14 750 321,91	12 940 236,90

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

David José Lourenço

António Saraiva



ANTÔNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2020

Pág. 1

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	14	16 452 318,98	13 088 367,33
Subsídios à exploração	15	2 149,70	12 421,11
Variação nos inventários da produção	12	67 692,94	392 367,16
Trabalhos para a própria entidade	7	0,00	14 730,53
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-3 099 905,54	-2 825 562,65
Fornecimentos e serviços externos	21	-9 779 226,09	-7 602 897,40
Gastos com o pessoal	20	-2 589 164,88	-2 232 409,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	-204 034,51	-93 883,69
Provisões (aumentos/reduções)	19	-727,72	-15 970,93
Aumentos/reduções de justo valor	19	-185,94	-62,37
Outros rendimentos	21	177 428,67	65 038,05
Outros gastos	21	-144 926,78	-75 914,05
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		881 418,83	726 223,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-370 359,68	-314 310,95
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):		511 059,15	411 912,63
Juros e rendimentos similares obtidos	19	4 097,29	2 061,98
Juros e gastos similares suportados	19	-225 511,09	-253 995,31
Resultado antes de imposto:		289 645,35	159 979,30
Imposto sobre o rendimento do período	18	98 685,45	4 935,68
Resultado líquido do período:		388 330,80	164 914,98

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA



ANT3NIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2020

RUBRICAS		NOTAS	Unidade Monetária: Euros PERÍODO	
			31/12//2020	31/12/2019
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</u>				
+	Recebimentos de Clientes	21	17 521 329,52	12 619 837,79
-	Pagamentos a fornecedores	21	15 346 172,20	11 246 845,39
-	Pagamentos ao Pessoal	21	2 250 022,47	1 948 975,17
	Caixa gerada pelas operações:		-74 865,15	-575 982,77
- / +	Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento	21	-26 045,32	-23 276,30
+ / -	Outros Recebimentos/Pagamentos	21	-160 306,28	-100 163,72
	Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):		-261 216,75	-699 422,79
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
-	Activos fixos tangíveis	21	690 550,60	173 042,55
-	Investimentos financeiros	21	24 916,38	3 010,00
-	Outros activos	21	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
+	Activos fixos tangíveis	21	81 202,96	0,00
+	Investimentos financeiros	21	1 495,14	862 165,38
+	Outros activos	21	28 084,58	1 298,04
+	Juros e rendimentos similares	21	0,00	0,00
+	Dividendos	21	0,00	0,74
	Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):		-604 684,30	687 411,61
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
+	Financiamentos obtidos	21	6 999 686,72	6 342 548,07
+	Outras operações de financiamento	21	6 177,15	2 321,71
Pagamentos respeitantes a:				
-	Financiamentos obtidos	21	4 061 722,80	5 872 028,84
-	Juros e gastos similares	21	115 730,36	124 204,69
-	Outras operações de financiamento	21	114 830,02	127 002,57
-	Pagamento de leasings	21	177 347,56	165 550,15
	Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):		2 536 233,13	56 083,53
	Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		1 670 332,08	44 072,35
	Efeitos das diferenças de câmbio	21	-12 087,74	0,00
	Caixa e seus equivalentes no início do período		698 758,21	654 685,86
	Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 357 002,55	698 758,21
	Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		1 670 332,08	44 072,35

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA



ANTÔNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	615.000,00	154.256,39	394.800,42	2.378.186,23	0,00	0,00	0,00	215.037,41	3.757.280,45	0,00	3.757.280,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeira												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	21			36.392,03	112.927,96				(215.037,41)	(65.717,42)		0,00
	21			36.392,03	112.927,96				(215.037,41)	(65.717,42)		(65.717,42)
	2	0,00	0,00	36.392,03	112.927,96	0,00	0,00	0,00	(215.037,41)	(65.717,42)	0,00	(65.717,42)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								164.914,98	164.914,98		164.914,98
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(50.122,43)	99.197,56		99.197,56
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	615.000,00	154.256,39	431.192,45	2.491.114,19	0,00	0,00	0,00	164.914,98	3.856.478,01		3.856.478,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	utras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	615.000,00	154.256,39	431.192,45	2.491.114,19	0,00	0,00	0,00	164.914,98	3.856.478,01	0,00	3.856.478,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	24			76.719,80	88.195,18				(164.914,98)	0,00		0,00
	24			76.719,80	88.195,18				(164.914,98)	0,00		(0,00)
	2	0,00	0,00	76.719,80	88.195,18	0,00	0,00	0,00	(164.914,98)	0,00	0,00	(0,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								388.330,80	388.330,80		388.330,80
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								223.415,82	388.330,80		388.330,80
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	615.000,00	154.256,39	507.912,25	2.579.309,37	0,00	0,00	0,00	388.330,80	4.244.808,81		4.244.808,81

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 01 Janeiro 2020 a 31 Dezembro 2020



19255 – Sistema de saneamento de Aguiar da Beira – Subsistema do Eirado

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

A António Saraiva & Filhos, Lda é uma sociedade comercial constituída em 7 de novembro de 1968.

1.2. Sede

Tem a sua sede na Pedreira do Piornal, EN16, 6300-035 Arrifana, tem o número de pessoa coletiva e de matrícula no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com o número 500 563 993.

1.3. Natureza da atividade

A António Saraiva & Filhos, Lda dedica-se à atividade de obras públicas, tendo como acessória a atividade de exploração de pedreira.

a) Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

O período abrangido pelas demonstrações financeiras é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- i) Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- ii) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que revoga a Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- iii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- iv) Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- v) Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- vi) Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15653, de 7 de setembro (Normas Interpretativas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, nos pressupostos da continuidade de operações da Empresa e do regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos Na Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante dos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a Empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	8 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	8 a 20 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Locações (NCRF 9)

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se tal não acontecer.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, numa base linear, durante o período de vigência do contrato.

Custos de Empréstimos Obtidos (NCRF 10)

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas e quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Propriedades de Investimento (NCRF 11)

São qualificados em propriedades de investimento os terrenos ou edifícios (ou parte deles) detidos com o objetivo de obter rendas ou para valorização do capital investido, ou para ambos os fins, e não para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, adicionado dos custos diretamente atribuíveis, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Nos

casos de propriedades de investimento de construção própria, são mensuradas pelo custo à data em que a construção fique concluída.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante os anos de vida útil estimados.

As transferências para, ou de, propriedades de investimento ocorrem quando se verificar uma alteração na utilização dos ativos.

Os gastos incorridos (manutenção, reparação, seguros, impostos e outros), a par dos rendimentos obtidos (rendas), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Imparidade de Ativos (NCRF 12)

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Contratos de Construção (NCRF 19)

Um contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo.

Os custos do contrato compreendem: i) os custos que se relacionam diretamente com o contrato específico; ii) os custos atribuíveis à atividade do contrato em geral e possam ser imputados ao contrato; e iii) outros custos que sejam especificamente debitáveis ao cliente nos termos do contrato.

No reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato, é utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. Este método proporciona informação útil sobre a extensão de atividade e desempenho do contrato durante um período.

O rédito do contrato é reconhecido na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho é executado.

A fase de acabamento de um contrato é determinada pela proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data, para os custos estimados totais do contrato.

O método da percentagem de acabamento é aplicado numa base acumulada em cada período contabilístico às estimativas correntes de rédito do contrato e custos do contrato.

Rédito (NCRF 20)

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos *royalties*, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a Empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exatável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (utilizando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

v) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando são transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, registando no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", a contrapartida monetária dos ativos cedidos.

Em conformidade, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring, à data do balanço, com exceção das operações de factoring sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa, no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*".

vi) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A Empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A Empresa faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Caixa e Depósitos Bancários	31/12/2020	31/12/2019
Caixa:		
Numerário – Euro	1 383,88	630,85
Cheques transição - Euro	7 144,86	222 938,98
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1 817 973,81	44 688,38
Depósito a prazo – Euro	530 500,00	430 500,00
Depósitos de retenção	96 051,25	75 360,17
Depósitos de garantia	17 196,03	20 676,17
Total	2 470 249,83	794 794,55

De acordo com os § 3 e 4 da NCRF 2, o caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2020 ascende a 2.357.002,55 euros, representando um aumento de 1.658.244,34 euros.

Caixa e seus equivalentes	31/12/2020	31/12/2019
Caixa:		
Numerário – Euro	1 383,88	630,85
Cheques transição - Euro	7 144,86	222 938,98
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1 817 973,81	44 688,38
Depósito a prazo – Euro	530 500,00	430 500,00
Total	2 357 002,55	698 758,21

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*financiamentos obtidos*”, expressa no “*passivo corrente*”.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros materiais relevantes nem efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva.

6. Partes relacionadas

6.1. Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão):

a) Total de remunerações;

Remunerações da Administração	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo:		
Remuneração dos órgãos sociais	78 095,40	74 039,45
Total	78 095,40	74 039,45

O valor em questão, inclui ajudas de custo e deslocação em viatura própria.

6.2. Transações entre partes relacionadas.

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas;

A António Saraiva & Filhos, Lda detém participação na empresa Codal – Engenharia a Construção, Lda. Pela estrutura acionista e pelo valor da participação estas são consideradas como associadas.

No entanto e tendo em conta a estrutura acionista da empresa, podemos afirmar que estes detêm uma posição relevante nas empresas PDM, Construção Civil, Lda e Tecnegi – Instalações Especiais, Unipessoal, Lda.

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia dos saldos;

Empresa / Saldos Pendentes	Clientes	Fornecedores	Financiamentos concedidos	Outros
Associadas:				
CODAL, Lda	1 662 086,28	35 062,70	321 000,00	150 245,04
Outras empresas:				
PDM, Lda	73 097,80	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	0,00	198 908,53	0,00	0,00
Total	1 735 184,08	233 971,23	321 000,00	150 245,04

ii) Quantia das transações;

Empresa / Transações	Vendas de Bens	Prestação de Serviços	Compra de Bens (FSE)	Diferenças cambio cliente	Diferenças cambio fornecedor	Compra de Bens (AFT)	Juros de suprimentos
Associadas:							
CODAL, Lda	0,00	0,00	538 159,94	14 140,71	149,65	0,00	0,00
Outras empresas:							
PDM, Lda	36,55	19 099,52	60 626,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	9 475,99	0,00	377 352,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 512,54	19 099,52	976 139,12	14 140,71	149,65	0,00	0,00

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

A mensuração dos ativos fixos tangíveis foi efetuada ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2020)	399 097,74	648 811,22	6 406 024,04	1 926 945,90	245 139,44	11 999,85	0,00
Adições	4 761,00	0,00	674 481,89	391 306,19	3 845,60	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	233 484,00	24 000,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	403 858,74	648 811,22	6 847 021,93	2 294 252,09	248 985,04	11 999,85	0,00
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2020)	0,00	289 350,47	5 103 298,96	1 440 647,77	235 616,36	9 186,34	0,00
Adições	0,00	12 296,04	253 371,94	97 166,41	7 284,15	205,11	0,00
Alienações	0,00	0,00	210 184,00	8 906,23	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	301 646,51	5 146 486,90	1 528 907,95	242 900,51	9 391,45	0,00
Total líquido	403 858,74	347 164,71	1 700 535,03	765 344,14	6 084,53	2 608,40	0,00

- e) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

As adições de ativos fixos tangíveis estão divididas por adquiridas em estado novo no valor de 808.529,01 euros e 265.865,67 euros em estado usado. Todas as aquisições foram efetuadas no território Nacional.

- f) **Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.**

Foram adquiridos 227.500,00 euros de equipamento básico e 163.354,15 euros de equipamento de transporte com recurso ao leasing. Todos estes equipamentos têm reserva de propriedade para com as instituições financeiras onde foram efetuados os respetivos contratos.

7.2. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

À data de 31 de dezembro de 2020 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.



17214 – Reabilitação dos Edifícios Municipais na Zona do Torreão - Guarda

8. Locações

8.1. - Locações financeiras - locatários:

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;

Descrição	Valor de aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido em 31/12/2020
Maquinaria	732 050,00	76 179,88	280 040,30	452 009,70
Viaturas	703 559,36	69 737,13	204 084,86	499 474,50
Total	1 435 609,36	145 917,01	484 125,16	951 484,20

Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Descrição	Valor em dívida em 31/12/2020	Pagamentos mínimos até 1 ano	Pagamentos mínimos > 1 ano < 5 anos	Pagamentos mínimos a > 5 anos
Maquinaria	238 353,09	84 061,55	154 291,54	0,00
Viaturas	350 405,38	131 373,91	219 031,47	0,00
Total	588 758,47	215 435,46	373 323,01	0,00

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticadas nestes financiamentos.

Em 31 de Dezembro de 2020, as responsabilidades refletidas no balanço da empresa relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2021): 215.435,46 euros

Passivo não corrente (ano 2022 e seguintes): 373.323,01 euros

9. Propriedades de investimento

9.1. - Modelo aplicado (justo valor ou custo).

O modelo aplicado para as propriedades de investimento é o de custo de aquisição.

9.2. - Caso a entidade aplique o modelo do custo:

9.3. Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

9.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Os valores em propriedades de investimento a 31 de dezembro 2020 são os seguintes:

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Adiantamento p/ conta investimentos	Total
Quantia escriturada bruta:				
Saldo inicial (01/01/2020)	94 772,89	0,00	76 087,76	170 860,65
Adições	17 281,75	51 845,25	0,00	69 127,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	112 054,64	51 845,25	76 087,76	239 987,65
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial (01/01/2020)	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições	0,00	236,94	0,00	236,94
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	236,94	0,00	236,94
Perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial (01/01/2020)	0,00	0,00	76 087,76	76 087,76
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	0,00	76 087,76	76 087,76
Total líquido	112 054,64	51 608,31	0,00	163 662,95

10. - Imparidade de ativos

10.1. - Para cada classe de ativos:

No ano em análise não foram constituídas imparidades em ativos. Os valores registados nas contas de imparidades resultam dos anos anteriores, como se pode observar nos quadros em baixo.

Descrição	Saldo inicial	Constituição / Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Imparidade de investimentos não depreciáveis	76 087,76	0,00	0,00	0,00	76 087,76
Total	76 087,76	0,00	0,00	0,00	76 087,76

Descrição	Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis:				
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	76 087,76	0,00	0,00	76 087,76
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	76 087,76	0,00	0,00	76 087,76
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis:				
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio				
Reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no cap. próp.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

11. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

11.1. - Para os investimentos em associadas:

A António Saraiva & Filhos, Lda participa na Codal – Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, com sede na Av. Mártires da Machava, Nº 500 em Maputo.

A António Saraiva & Filhos, Lda aplica o método da equivalência patrimonial relativamente à participação na Codal.

A empresa Codal, Lda encerrou o seu período contabilístico a 31 de dezembro 2020.

Descrição	% interesse	Ativo	Capitais próprios	Resultados
Associada:				
CODAL - Engenharia e Construção, Lda	66%	2 460 275,56	-330 257,18	78 773,97
Total		2 460 275,56	-330 257,18	78 773,97



18207 - Alteração do edifício do Cineteatro de Alter do Chão

12. Inventários

12.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

12.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

A desagregação dos inventários é a seguinte:

Inventários	31/12/2020	31/12/2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52 417,42	53 971,96
Produtos acabados e intermédios	991 913,45	924 220,51
Total	1 044 330,87	978 192,47

No final do ano procedeu-se à contagem física das matérias-primas e ao apuramento do volume dos produtos acabados. Este volume foi convertido em toneladas utilizando os pesos específicos de conversão dos materiais.

12.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

A desagregação dos gastos no período é a seguinte:

Gastos no período	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 099 905,54)	(2 825 562,65)
Variação nos inventários da produção	67 692,94	392 367,16

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo.

Os produtos acabados e os trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

13. Contratos de construção

13.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período.

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2020, o valor dos réditos reconhecidos no período eram como se segue:

2020	Rédito total previsto	Rédito anos anteriores	Rédito do período
Total	52 667 570,54	7 833 337,54	13 286 030,05

13.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período.

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

13.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso.

O método usado para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso é o método de percentagem do acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando

no relato de crédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído.

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. O método utilizado para determinar a fase de acabamento tem em conta a proporção em que os custos do contrato incorrido no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;

13.4. Para os contratos em curso à data do balanço:

À data de 31 dezembro 2020, estavam em curso os seguintes contratos:

Obra / Contrato	Rédito total previsto	Custos incorridos acumulados	a crescer	a diminuir	Réditos acumulados	Média % Acabamento
TOTAL	52 667 570,54	16 413 922,76	2 888 799,60	-130 804,60	21 119 367,59	42%

14. – Crédito

14.1. - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconhece os créditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos créditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) **Prestação de serviços** – são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- d) **Royalties** – são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;
- e) **Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

14.2. - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Venda de bens	303 712,75	202 011,96
Prestações de serviços	16 148 606,23	12 886 355,37
Total	16 452 318,98	13 088 367,33

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Venda de bens:		
Mercado interno	303 712,75	202 011,96
Mercado comunitário	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	0,00
Prestações de serviços:		
Mercado interno	15 422 224,18	12 886 355,37
Mercado comunitário	67,00	0,00
Outros mercado	726 315,05	0,00
Total	16 452 318,98	13 088 367,33

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com estágios profissionais foram contabilizados como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas / contratos são realizados e os respetivos custos incorridos, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31/12/2020			31/12/2019		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados
Estágios profissionais / Estimulo	Não reembolsável	0,00	0,00	2 149,70	0,00	0,00	12 421,11
Total		0,00	0,00	2 149,70	0,00	0,00	12 421,11

- 15.3. - As evidências que permitam concluir que a entidade cumpriu ou irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio e que este será recebido e as condições ainda não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio das entidades públicas que foram reconhecidas.**

O valor dos subsídios diz respeito à comparticipação do IEPF, no valor de 1.618,70 euros e relativo ao programa adaptar do IAPMEI, no valor de 531,00 euros.



18193 – Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira – Vila Nova de Paiva

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- 16.1. - Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).**

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	Cotação 31/12/2020
Metical (Moçambique)	91,09
Dolares (USD)	1,22136

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, a empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Outros rendimentos e ganhos – operacionais	2 302,46	5 101,15
Outros rendimentos e ganhos – de investimento	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Outros gastos e perdas – operacionais	29 902,57	0,00
Outros gastos e perdas – de investimento	5 752,91	0,00
Total	-33 353,02	5 101,15

17. - Acontecimentos após a data do balanço

No início do ano de 2020 surgiu a nível mundial uma epidemia provocada pelo coronavírus, tendo o surto do Covid-19 sido classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

Em consequência, em Portugal foi declarado o Estado de Emergência a 18 de março de 2020 tendo sido aprovadas várias renovações durante o ano.

Esta situação prolonga-se para o ano de 2021, gerando, tal como no ano anterior, um elevado grau de incerteza para empresas e entidades.

As moratórias legais que estariam previstas para terminar no mês de março de 2021 foram prolongadas até 30 setembro do mesmo ano, situação que altera a repartição temporal dos montantes dos empréstimos a curto e médio e longo prazo.

17.1. - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 31 de março 2021. Após esta data ninguém dispõem de autorização para efetuar alterações sobre as mesmas.

17.2. - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço: Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



18192 -Construção da ETAR do Touro – Vila Nova de Paiva

18. Impostos sobre o rendimento

18.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exetável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

18.1.1. Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos correntes	36 898,64	18 673,61
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de anos anteriores	0	0
Impostos diferidos:		
Origem	0	0
Reversão de diferenças temporárias	30 747,48	15 343,96
Alteração nas taxas de tributação	0	0
Lançamento de novos impostos	-166 331,57	-38 953,25
Imposto sobre o rendimento do período	-98 685,45	-4 935,68

18.1.2. Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Relativamente à reversão, temos 30.747,48 euros que dizem respeito à utilização do benefício fiscal (RFAI) de 2015.

O valor de 166.331,75 euros, de lançamento de novos impostos, diz respeito a novos impostos diferidos por crédito de imposto não utilizado no âmbito do RFAI.

18.1.3. Quantia de benefícios provenientes de um prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

Relativamente a prejuízos fiscais, não existiu em 2020 nenhuma utilização de prejuízos fiscais uma vez que o montante já se encontra totalmente utilizado em anos anteriores.

18.2. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultados antes de impostos	289 645,35	159 979,30
Diferenças permanentes	13 306,86	-7 774,96
Resultado após diferenças permanentes (lucro	302 952,21	152 204,34
Taxa de imposto *	21% / 12,5%	21% / 12,5%
Imposto do exercício	61 494,96	30 687,91
Tributações autónomas	18 495,38	9 479,58
RFAI / SFEI / DLRR	-46 121,22	-23 015,93
Derrama	3 029,52	1 522,04
Imposto diferido de diferenças temporárias	-135 584,09	-23 609,29
Total do imposto do período	-98 685,45	-4 935,68
Taxa efetiva de imposto	-34,07%	-3,09%

A taxa efetiva de imposto resulta do gasto/rendimento de impostos dividido pelo lucro contabilístico.

A taxa a aplicar aos primeiros 25.000€ é de 12,5%, sendo ao restante valor aplicável a taxa de 21%.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 22% (21% de taxa de IRC + 1,0% de taxa de Derrama).

18.3. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

A taxa efetiva de imposto, tal como em 2019 revela-se negativa, fruto do valor de impostos diferidos resultantes do valor dos benefícios fiscais (RFAI) que não puderam ser utilizados na sua totalidade.

18.4. - Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não usados, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

A empresa em 2018 utilizou 72.166,85 euros de prejuízos fiscais do ano de 2016. Foram utilizados todos os valores que ainda restavam por utilizar.

18.5. - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de prejuízos por impostos não usados e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, no período de 2020, foram como se segue:

Descrição	31/12/2020	Variação	31/12/2019
Ativos por impostos diferidos:			
Perdas esperadas em contratos de construção		0,00	
Prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00
RFAI (parte do benefício para anos seguinte:	381 549,70	135 584,09	245 965,61
Metodo Equivalencia Patrimonial	32 113,63	0,00	32 113,63
Total	413 663,33	135 584,09	278 079,24
Passivos por impostos diferidos:			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Metodo Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2020 pode ser detalhado como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto estimado para o período	61 494,96	30 687,91
RFAI / DLRR	(46 121,22)	(23 015,93)
Tributações autónomas	18 495,38	9 479,58
Derrama	3 029,52	1 522,04
Imposto diferido	(135 584,09)	(23 609,28)
Total do imposto sobre o rendimento do período	(98 685,45)	(4 935,68)



19134 – Reabilitação urbana da Rua Padre José Sá Marques e Av. Aquilino Ribeiro – Vila Nova de Paiva

19. Instrumentos financeiros Políticas contabilísticas

19.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, em que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

19.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos detidos para negociação	287,80	473,74
Total	287,80	473,74

Os ativos financeiros detidos para negociação dizem respeito a 2336 ações do Millennium BCP, à cotação de 31 de dezembro de 2020 de 0,1232 euros cada, registadas ao justo valor. No exercício de 2020 foram registadas perdas de justo valor de 185,94 euros.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Não correntes:		
Participações financeiras	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	418 626,06	388 044,42
Total	418 626,06	388 044,42
Correntes:		
Clientes c/c	3 505 020,52	3 764 505,39
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00
Retenções de clientes	319 348,88	480 235,72
Outros créditos a receber	2 925 815,01	3 250 271,83
Total	6 750 184,41	7 495 012,94
Total Geral	7 168 810,47	7 883 057,36

A variação mais significativa registada nos ativos não correntes diz respeito à aquisição de títulos nas sociedades de garantia mútua para contragarantir a garantia dada por estas sociedades no âmbito dos empréstimos contratados em 2020.

De notar as variações negativas da conta corrente de clientes no montante 259.484,87 euros e da conta de retenções de clientes no valor de 160.886,84 euros. Também de realçar uma diminuição no valor dos outros créditos a receber no montante de 324.456,82 euros, resultantes essencialmente da aplicação do método da percentagem de acabamento, nas obras em curso.

Descrição	Inv. Associadas (MEP)	Inv. Associadas (outros metodos)	FCT	Outros Invest.	Total
Quantia escriturada bruta:					
Saldo inicial (01/01/2020)	321 000,00	65 717,42	13 404,42	53 640,00	453 761,84
Adições	0,00	0,00	7 133,58	24 900,00	32 033,58
Abates	0,00	0,00	1 451,94		1 451,94
Valores brutos totais	321 000,00	65 717,42	19 086,06	78 540,00	484 343,48
Perdas por imparidade					
Constituição	0,00	65 717,42	0,00	0,00	65 717,42
Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	65 717,42	0,00	0,00	65 717,42
Total líquido	321 000,00	0,00	19 086,06	78 540,00	418 626,06

c) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Não correntes:		
Provisões	16 698,65	15 970,93
Financiamentos obtidos	4 472 135,47	1 611 822,07
Total	4 488 834,12	1 627 793,00
Correntes:		
Fornecedores	2 732 887,49	2 836 075,15
Adiantamento de clientes	0,00	105 000,00
Retenções a fornecedores	218 072,49	275 179,78
Financiamentos obtidos	2 300 816,94	3 684 635,57
Outras dividas a pagar	577 269,25	451 146,20
Total	5 829 046,17	7 352 036,70
Total	10 317 880,29	8 979 829,70

A totalidade dos passivos financeiros apresenta um aumento global de 1.338.050,59 euros. Os passivos correntes apresentam uma diminuição de 1.522.990,53 euros, enquanto os passivos não correntes apresentam um aumento de 2.861.041,12 euros.

O maior aumento verifica-se na rubrica de financiamentos obtidos não correntes, com um aumento de 2.860.313,40 euros. A rubrica de financiamentos obtidos correntes apresenta uma diminuição significativa de 1.383.818,63 euros. A rubrica de fornecedores teve uma diminuição relativamente ao ano anterior no montante de 103.187,66 euros.

A rubrica outras dividas a pagar inclui o valor de 123.927,14 euros de remuneração a pagar ao pessoal, integralmente liquidadas em janeiro 2021. A mesma rubrica inclui ainda o valor de 300.158,39 euros de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias a gozar durante o ano 2021).

d) A totalidade das obrigações com financiamentos obtidos classifica-se como se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos bancários	5 267 567,80	2 329 603,88
Locações financeiras	588 758,47	373 392,55
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00
Contas de confirming	916 626,14	2 593 461,21
Contas de factoring	0,00	0,00
Incentivos reembolsáveis	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00
Total	6 772 952,41	5 296 457,64

Globalmente, o valor dos financiamentos registou um aumento de 1.476.494,77 euros. À exceção dos confirmings, todas as demais rubricas sofreram um aumento.

A repartição temporal dos financiamentos é a seguinte:

Segregação Temporal	31/12/2020		31/12/2019	
	Corrente	N/ Corrente	Corrente	N/ Corrente
Empréstimos bancários	1 168 755,34	4 098 812,46	949 985,91	1 379 617,97
Locações financeiras	215 435,46	373 323,01	141 188,45	232 204,10
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas de confirming	916 626,14	0,00	2 593 461,21	0,00
Contas de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de financiamentos obtidos	2 300 816,94	4 472 135,47	3 684 635,57	1 611 822,07

e) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente:

Descrição	Custo	Imparidade acumulado
Créditos sobre clientes	204 034,51	1 209 468,59
Total	204 034,51	1 209 468,59

As imparidades consideradas a 31 de dezembro de 2020 devem-se a evidências objetivas de dificuldades financeiras dos respetivos devedores, a quebras contratuais, como sejam o incumprimento no pagamento, e empresas com processos de insolvência.

As imparidades acumuladas sobre créditos de clientes no global sofreram um aumento de 204.034,51 euros, comparativamente a dezembro 2019.

f) Ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito de retenção	96 051,25	75 360,17
Depósito de garantia	17 196,03	20 676,17
Total	113 247,28	96 036,34

Os depósitos acima referidos destinam-se a garantir a boa execução de obras. Em 2020 registou-se um aumento no valor de 17.210,94 euros, comparativamente com o ano anterior.

g) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos e passivos financeiros

Descrição	Ganhos líquidos	Perdas líquidas
Ativos financeiros mensurados ao justo valor	0,00	185,94
Total	0,00	185,94

As perdas apresentadas dizem respeito a ações do MillenniumBCP detidas pela empresa, para negociação.

- h) **Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.**

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos de juros para ativos financeiros:		
Juros obtidos	4 097,29	1 715,78
Outros rendimentos	0,00	346,20
Total	4 097,29	2 061,98
Gastos de juros para passivos financeiros:		
Juros suportados	119 540,11	127 027,27
Outros gastos de financiamento	105 970,98	126 968,04
Total	225 511,09	253 995,31

Em 2020, o valor obtido em descontos pela utilização dos confirmings (4.059,58 euros) foi superior aos valores obtidos nas aplicações de excedentes de tesouraria, fruto das baixas taxas de juro praticadas pelas instituições financeiras nos depósitos a prazo (37,81€).

No lado dos gastos, assistiu-se a uma diminuição, no total de 28.484,22 euros, muito por conta da diminuição de juros de empréstimos bancários e de juros de confirmings.

- i) **Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.**

O capital social da empresa é 615.000 euros, encontra-se integralmente realizado.

20. Benefícios dos empregados

20.1. Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos órgãos sociais	78 095,40	74 039,45
Remunerações do pessoal	1 997 137,09	1 718 109,62
Indemnizações	385,67	0,00
Encargos sobre remunerações	431 500,15	359 900,39
Seguros de acidentes no trabalho e doenças pro	75 715,49	72 579,10
Outros gastos com o pessoal	6 331,08	7 780,95
Total	2 589 164,88	2 232 409,51

No mesmo sentido do aumento no volume de negócios, também o ano 2020 registou um aumento dos custos com pessoal. Após o ano 2019, com um aumento de 10,8% nos custos com pessoal, o ano 2020 apresenta um aumento de 16%.

Em termos absolutos, em dezembro 2020 a empresa registava 148 trabalhadores, o que representa mais doze trabalhadores que em dezembro 2019. Em termos médios o ano 2020 registou uma média de 140 trabalhadores, enquanto em 2019 registou uma média de 126 trabalhadores, que representa um aumento médio de 14 trabalhadores.

Em termos de evolução mensal, o segundo semestre do ano regista um número mais elevado de trabalhadores, contrastando com os primeiros meses do ano.



20042 - Instalação do balcão Único do IRNIP - Marinha Grande

21. Outras informações

21.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

Nos termos da alínea f) do nº.5 do artº.66 e dos artigos 218º e 295º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido de 388.330,80 euros (trezentos e oitenta e oito mil trezentos e trinta euros e oitenta centimos) tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados	31/12/2020	31/12/2019
Para reserva legal	0,00	0,00
Para reservas livres	0,00	0,00
Para reserva especial (DLRR)	153 737,40	76 719,80
Para resultados transitados	234 593,40	88 195,18
Total	388 330,80	164 914,98

21.2. Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

21.2.1. Estado e outros entes públicos

Os detalhes da rubrica de EOEP (ativo e passivo) em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

EOEP – Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre o valor acrescentado	127 002,69	296 608,96
Imposto sobre rendimento (IRC)	86 651,28	27 131,74
Outros	0,00	927,85
Total	213 653,97	324 668,55

O saldo do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) diz respeito a valor de IVA a recuperar no montante de 59.002,69 euros e reembolsos pedidos de IVA no valor de 68.000,00 euros.

A rubrica de imposto sobre o rendimento inclui o valor de 33.474,00 euros de IRC a recuperar, referente à inspeção da AT relativa aos anos de 2016 e 2017, e cujo processo à data de hoje está para impugnação judicial. Existem fortes expectativas da recuperação totalidade deste valor.

EOEP – Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre rendimento (IRC)	70 464,36	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento (IRS)	27 745,03	25 585,36
Contribuições para a Segurança Social e outros Organismos simila	86 353,17	76 149,53
Outros	1 432,53	585,40
Total	185 995,09	102 320,29

O valor da Coleta de IRC + derrama + tributações autónomas, que totaliza em 2020, 83.019,87 euros, deduzida do crédito de imposto ao investimento no âmbito do RFAI (30.747,48 euros), da dedução por lucros retidos e reinvestidos DLRR (15.373,74 euros), dos pagamentos por conta efetuados em 2020 (28.926,00 euros) e das retenções na fonte (139,12 euros) dá um valor a pagar de 7.833,52 euros. Relativamente aos pagamentos especiais por conta no montante de 24.112,28 euros foi solicitado o seu reembolso ao abrigo da alínea b) do art. 1º da Lei nº 28/2020 de 31 de julho.

O valor a pagar ao Estado e outros entes públicos inclui também o valor de IRC a pagar relativo ao processo de inspeção dos anos de 2016 e 2017 (33.565,72 euros) pago em janeiro de 2021, a IRS retido (27.745,03 euros), quotizações e contribuições a pagar à Segurança Social (86.353,17 euros) e Fundo de compensação de trabalho (1.432,53 euros).

21.3. - Diferimentos

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos a reconhecer	50 067,14	26 279,81
Rendimentos a reconhecer	1 637,72	1 608,90

Os gastos a reconhecer dizem respeito a seguros liquidados no ano corrente, mas que são gastos do ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a subsídios do IAPMEI recebidos no ano corrente, mas que são rendimentos do ano seguinte no valor de 1.125,00 euros e rendimentos de rendas no valor de 512,72 euros.

21.4. - Garantias prestadas

A empresa tem um valor de garantias bancárias prestadas em 31/12/2020 de 8.862.015,83 euros, que se repartem da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Garantias de boa execução obra (de clientes)	6.859.473,71	6.601.614,79
Garantias bancárias (financeiras)	1.983.437,58	493.332,28
Outras garantias	19.104,54	19.104,54
Total	8.862.015,83	7.114.051,61

Após a diminuição em 2019, comparativamente com 2018 de 1.724.373,86 euros, o ano 2020 registou um aumento de 1.747.964,22 euros, relativamente ao mesmo período de 2019. O aumento deveu-se às garantias prestadas no âmbito da contratação dos empréstimos efetivados em 2020.



19134 - Reabilitação urbana do Campo da Restauração e áreas adjacentes - Vila Nova de Paiva

21.5. - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação	%
Subcontratos	7 582 993,77	5 392 989,24	2 190 004,53	40,61%
Trabalhos especializados	191 683,92	228 383,41	-36 699,49	-16,07%
Publicidade e propaganda	5 313,50	3 618,08	1 695,42	46,86%
Vigilância e segurança	6 166,61	1 344,59	4 822,02	358,62%
Honorários	17 361,50	5 805,50	11 556,00	199,05%
Conservação e reparação	377 740,97	382 781,86	-5 040,89	-1,32%
Outros fornecimentos	29 178,73	36 633,08	-7 454,35	-20,35%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	135 808,81	120 772,25	15 036,56	12,45%
Livros e documentação técnica	5 360,35	1 499,56	3 860,79	257,46%
Material de escritório	8 786,18	7 587,62	1 198,56	15,80%
Artigos para oferta	7 034,62	6 896,50	138,12	2,00%
Electricidade	61 138,45	66 009,15	-4 870,70	-7,38%
Combustíveis	694 135,99	750 406,13	-56 270,14	-7,50%
Água	4 848,38	5 738,23	-889,85	-15,51%
Outros fluidos	25 762,10	19 738,11	6 023,99	30,52%
Deslocações e estadas	199 170,93	196 835,77	2 335,16	1,19%
Transportes	62 560,46	59 421,87	3 138,59	5,28%
Portagens	65 044,02	56 653,27	8 390,75	14,81%
Rendas e alugueres	152 717,27	130 487,11	22 230,16	17,04%
Comunicação	15 236,56	16 525,55	-1 288,99	-7,80%
Seguros	116 924,11	97 143,90	19 780,21	20,36%
Contencioso e notariado	2 306,78	1 028,60	1 278,18	124,26%
Despesas de representação	309,70	0,00	309,70	#DIV/0!
Limpeza, higiene e conforto	8 639,85	7 796,73	843,12	10,81%
Outros serviços	3 002,53	6 801,29	-3 798,76	-55,85%
	9 779 226,09	7 602 897,40	2 176 328,69	28,62%

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 2.176.328,69 euros, que corresponde a uma percentagem de 28,62%.

A rubrica que mais contribui para este aumento foram os subcontratos, com um aumento de 2.190.004,53 euros (40,61%).

21.6. - Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos suplementares	31.945,88	14.671,24
Descontos pronto pagamento	329,73	480,24
Rendimentos e ganhos em diferenças de cambio	2.302,46	5.101,15
Recuperação de dividas a receber	8.330,89	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	74.181,07	28.394,51
Correções relativas periodos anteriores	60.190,59	4.254,02
Outros rendimentos e ganhos	148,05	12.136,89
Total	177.428,67	65.038,05

O valor de rendimentos suplementares inclui 10.875,12 euros de cedência de gasóleo à empresa Tecnegi, Lda e o valor de 18.942,72 euros de encargos de mão-de-obra debitados à empresa PDM, Lda. O valor registado em rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros inclui 46.165,00 euros de alienação de ativos fixos tangíveis e 26.811,05 euros de sinistros.

A rubrica correções relativas a períodos anteriores inclui o valor de 59.204,80 euros referente a regularizações de saldos de fornecedores.

21.7. - Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos	69 925,99	70 709,42
Descontos pronto pagamento	1,44	9,10
Em investimentos não financeiros	8 540,11	10,00
Diferenças de cambio desfavoráveis	35 655,48	0,00
Outros gastos	30 803,76	5 185,53
Total	144 926,78	75 914,05

A rubrica de outros gastos apresenta um aumento de 69.012,73 euros relativamente ao período anterior. Este aumento é sobretudo explicado pela rubrica diferenças de câmbio desfavoráveis no valor de 35.655,48 euros e pelas correções relativas a períodos anteriores no montante de 17.108,30 euros.

21.8. - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital realizado	615 000,00	615 000,00
Reservas legais	154 256,39	154 256,39
Outras reservas	507 912,25	431 192,45
Resultados transitados	2 579 309,37	2 491 114,19
Resultado líquido do exercício	388 330,80	164 914,98
Total	4 244 808,81	3 856 478,01

21.9. - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos movimentos ocorridos nos exercícios de 2019 e 2020:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Método direto:		
(1) Fluxo de caixa das atividades operacionais	-261 216,75	-699 422,79
(2) Fluxo de caixa das atividades de investimento	-604 684,30	687 411,61
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2 536 233,13	56 083,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	1 670 332,08	44 072,35
Efeitos das diferenças de câmbio	-12 087,74	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	698 758,21	654 685,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 357 002,55	698 758,21
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final – saldo inicial)	1 670 332,08	44 072,35

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da empresa.

Os valores de caixa e seus equivalentes apresentam valores excluindo depósitos retenção e depósitos garantia.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais refletem uma melhoria em relação ao ano anterior, mas negativo, fruto de uma estratégia de melhoria de pagamentos a fornecedores, visível também através da redução dos prazos médios de pagamento que em 2020 apresentou o seu valor mais baixo dos últimos anos, com 63 dias de prazo médio de pagamentos. Esta estratégia permite-nos fidelizar subempreiteiros e fornecedores, aos melhores preços de mercado.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento foram negativos fruto de uma política forte de investimentos levado a cabo no ano 2020.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de março 2021.

22. - Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

- 22.1. - O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.**

As duas grandes atividades da empresa são as obras públicas que representam 98% do volume de negócios da empresa, e a exploração da pedreira que representa um volume de apenas 2% da faturação global da empresa.

O mapa em baixo detalha a divisão por tipo de atividade.

	Pedreira	Obras Publicas
Venda de bens:		
Mercado interno	303 712,75	0,00
Mercado comuni	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	0,00
Prest. de serviços:		
Mercado interno	0,00	15 422 224,18
Mercado comuni	0,00	67,00
Outros mercado	0,00	726 315,05
Total	303 712,75	16 148 606,23

- 22.2. - Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.**

Os honorários referentes a revisão legal de contas registados no ano 2020 foram de 8.190,00 euros.

Guarda, 31 de março 2021

O Contabilista Certificado

O Gerente





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



18013 - Reforço de Adução a Castro Verde



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2020 (que evidencia um total de 14.750.321,91 EUR e um total de capital próprio de 4.244.808,81 EUR, incluindo um resultado líquido de 388.330,80 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** em 31/12/2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Os desenvolvimentos da Pandemia COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na Nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão são divulgados e relatados os principais impactos presentes e incertezas futuras resultantes da Pandemia COVID-19, estimados para a Entidade, com base na informação disponível à data, considerando o Conselho de Administração, nesses termos, que a continuidade das operações estará assegurada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CNRM: 20161443 | SROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Fenilo, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 718 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt




- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL - €9.000 €1 NIPC 503.233.314 | CRM: 25113831 OROC 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abrantes Ferão, n.º 10 - 4.º D
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 223 300 | Fax: +351 211 454 314 | leboa@roc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@roc125.pt

2



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 23 de abril de 2021

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Fernando José Pêga Magro, ROC n.º 819

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45 600 € | NIPC 501 253 336 | CMVM: 20161443 | SROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranchas Faria, n.º 10 – 2.º G

1600 - 001 Lisboa - Portugal

Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lvbca@sroc125.pt

DELEGACÃO

Rua Sovero Vargas, n.º 21 – 2.º Esq. B

A300 - 758 Guarda - Portugal

Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt